

## FÓRUM PERMANENTE SOBRE AFRODESCENDENTES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

3ª Sessão - 16 a 19 de abril de 2024

### Manifestação do Conselho Nacional de Justiça do Brasil Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário

Senhoras e senhores, Excelências, membros distintos deste respeitado e valioso Fórum da Organização das Nações Unidas,

É com profundo respeito e responsabilidade que apresentamos nossas contribuições neste espaço, representando não apenas o Conselho Nacional de Justiça, órgão brasileiro responsável pelo controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, mas também todos os tribunais que aderiram ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial.

Nesse sentido, indicamos que uma das nossas primeiras iniciativas foi a [Resolução nº 203/2015](#), que adotou a política de cotas em concursos públicos para ingresso nas carreiras, determinando que **20% das vagas para magistratura e para servidores(as)** fossem reservadas para pessoas pretas e pardas. Posteriormente, a [Resolução nº 336/2020](#) estabeleceu que o mínimo de **30% para contratação de estagiários(as)**.

Em 2020, por proposição de um coletivo de juízas e juízes negros, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o [Grupo de Trabalho "Políticas Judiciárias sobre a Igualdade Racial no âmbito do Poder Judiciário"](#), para institucionalizar as discussões sobre o racismo.

Em 2021, realizou-se a pesquisa "[Negras e Negros no Poder Judiciário](#)"

Em 2022, foi criado o **Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário**.

Celebrou-se então o [Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial](#), dividido em quatro eixos fundamentais:

- 1** Promoção da equidade racial, com fomento à **representatividade racial** no Poder Judiciário;
- 2** Desarticulação do racismo institucional, com **formação inicial e continuada de magistrados em questões raciais** e ações de **prevenção e combate** à discriminação racial;
- 3** **Sistematização de dados raciais** no Poder Judiciário, visando à devida e necessária implementação de políticas públicas de equidade racial baseadas em evidências;
- 4** **Articulação interinstitucional e social** para a garantia de cultura antirracista na atuação do Poder Judiciário.

No primeiro ano de execução do Pacto, destaca-se a campanha de recadastramento de dados étnico-raciais no Poder Judiciário.

Em decorrência dos dados coletados, foi elaborado e apresentado o **Perfil Étnico-racial do Poder Judiciário** durante a realização do evento, que aponta que **apenas 15,4% da magistratura brasileira é negra**.

Em março de 2023, criou-se o **Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer)**, de caráter nacional e permanente, com atribuições de elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto à equidade racial.

Outras importantes iniciativas do Pacto incluem:

- 1 A concepção e realização de um **curso de formação de magistrados em Equidade Racial, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)**
- 2 de um **espaço no portal do CNJ na Internet**, contendo as informações do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, em que constam seus eixos de atuação, referências normativas e publicações sobre o assunto, informações sobre o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), e notícias e eventos relativos à temática;
- 3 A realização do **Seminário de questões raciais no Poder Judiciário**, em setembro de 2023, para trabalhar ações afirmativas no Poder Judiciário;
- 4 A instituição do **Prêmio “Equidade Racial”**, que tem como objetivo incentivar a promoção de ações que visem a eliminação de desigualdades e discriminações raciais, reconhecendo iniciativas inovadoras na promoção da equidade racial;
- 5 A constituição de **grupo de trabalho** para elaborar estudos e apresentar propostas visando à melhoria da atuação do Poder Judiciário no processamento de ações judiciais que discutam posse, propriedade e titulação dos territórios tradicionais envolvendo **comunidades quilombolas** e a preservação de seus documentos e sítios detentores de reminiscências históricas;

- 6 A constituição de **grupo de trabalho** para desenvolver estudos e apresentar proposta de **protocolo para julgamento com perspectiva racial** no Poder Judiciário;
- 7 A elaboração do **Caderno Temático Relações Raciais para os Serviços Penais**, desde a porta de entrada do sistema prisional, para atendimento de pessoas presas ou encaminhadas a serviços de alternativas penais ou de monitoramento eletrônico;
- 8 A publicação do **Caderno de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, em parceria com o STF e o Instituto Max Planck, que identifica, sistematiza e divulga as decisões paradigmáticas proferidas pela Suprema Corte na temática da equidade racial.

Por fim, outra iniciativa lançada recentemente pelo presidente do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, é o **Programa CNJ de bolsas de estudo para pessoas negras, indígenas e com deficiência** que queiram ingressar na magistratura, no intuito de aumentar a competitividade de candidatos que historicamente têm maior dificuldade de concorrer em igualdade de condições.

Por meio desse programa, as pessoas selecionadas receberão, além de bolsas de estudos em cursos preparatórios, uma bolsa de manutenção para apoiá-los em despesas de alimentação, transporte, moradia e pagamento de outros cursos necessários ao seu aperfeiçoamento, tudo com o objetivo de oferecer-lhes o suporte necessário para competirem em condições de igualdade com os demais candidatos, que não experimentam os efeitos persistentes da abolição inconclusa da escravização de seres humanos no Brasil.

Dada a importância e relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido, em março de 2024, o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial foi apresentado à delegação de congressistas da bancada negra dos Estados Unidos durante sua visita ao Brasil.

São essas as contribuições que o Conselho Nacional de Justiça traz para este espaço de diálogo para que, com a colaboração de todas as instituições e pessoas aqui presentes, possamos construir caminhos que conduzam a um futuro mais justo para a população afrodescendente no mundo.

Esperamos que as ações de todos aqui reunidos contribuam para o aprimoramento de nossas iniciativas e que o relatório produzido por este Fórum sirva como um guia direcionador para os avanços que almejamos alcançar.